

SALÁRIOS EM BAIXA, CAPITAL EM ALTA. ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Diego Marques P. Dos Anjos

A história do Brasil é atravessada por dois diferentes tipos de luta entre as classes sociais: escravos contra senhores de escravos, proletários contra burgueses! O Brasil tem a experiência do escravismo colonial e da desfortuna do capitalismo. Por cerca de 300 anos, negros e índios escravizados lutaram contra a naturalização das relações de produção escravistas, que pareciam não ter um momento para acabar. E por causa dos últimos cem anos, movimento que ganha força desde o começo do século XX, os pobres de crítica intelectual têm a plena convicção da eternidade do capitalismo e, por consequência, a sua qualidade de ser natural.

O modo de produção capitalista no Brasil desenvolveu-se acolhendo as heranças do modo de produção escravista colonial naquilo que lhes era possível adaptar e incorporar à acumulação de capital. Ao contrário do que alguns pensaram, no começo do século XX, o capitalismo não ficaria restrito aos países da Europa e EUA, somente exportando mercadorias para o restante do globo. A tendência expansionista da acumulação de capital converteu as mais diferentes partes do mundo em espaços de acumulação e valorização capitalista. Daí que o “capitalismo puro” dos países centrais e imperialistas não se encontra nos países de capitalismo subordinado, que revelam pequenas diferenças e matizes em sua história de subordinação.

Riquezas territoriais, gigantescas quantidades de bens naturais e uma ampla massa de força de trabalho são características do Brasil e de vários países nas Américas, na África e na Ásia que foram subordinados à escravidão colonial e à proletarização capitalista. Atualmente, nesses países, senhores de gigantescas extensões territoriais opõem-se aos trabalhadores proletários ou subordinados que vivem espremidos em cubículos nas favelas dos centros urbanos.

Com a consciência histórica da luta de classes sob dois modos de produção distintos, é possível situarmos a atual ofensiva da classe capitalista contra os proletários e demais classes e grupos subordinados do Brasil. A exploração integral é o resultado

direto da acumulação integral de capital, fase atual sob a qual ocorre a luta de classes entre proletários e burgueses.

A intensificação da exploração da força de trabalho agudiza o quadro de miséria gerada pela alta concentração da propriedade da terra e das riquezas naturais nela contidas; a desvalorização da força de trabalho reforça o quadro de desumanização ao se negar comida no país que está entre os maiores produtores de alimentos do mundo; a precarização dos postos de trabalho disponíveis amplia a distância entre a parcela dos brasileiros que não se preocupam com o que vão comer (a não ser a preocupação pela comida de paladar mais agradável) e aqueles que ficam longas horas do dia à espera de sua pobre refeição.

O gigante Brasil é controlado por alguns setores do capital que têm aqui fonte de recursos que alçam a economia nacional às primeiras posições do mercado mundial. As frações do capital que mais se valorizam com o gigante Brasil são o capital agrícola, o capital comercial, o capital transportador, o capital industrial e o capital empregado no chamado setor de serviços.

O capital industrial nacional vai de roupas a eletrodomésticos mais simples, englobando a construção civil; já o capital industrial internacional domina as mercadorias mais tecnológicas (carros, computadores, celulares) e todos os demais espaços que o capital nacional tem dificuldade de atuação, incluindo aí toda a sorte de trecos usados no cotidiano, principalmente com mercadorias de origem chinesa. Puxados pela agricultura e pecuária capitalistas, o ramo alimentar do capital nacional mantém constante produção, ainda que cada vez mais incorporado ao capital internacional via atuação das grandes produtoras e monopolizadoras de insumos, fertilizantes, maquinários, meios de circulação e mecanismos de financiamento e investimento de capital financeiro.

A produção capitalista agropecuária vem crescendo a passos largos, recuperando espaço na economia nacional, ao mesmo tempo em que a produção industrial estagna ou recua, a depender do setor industrial ou região do país. Caminha-se para a consolidação de um complexo agropecuário industrial, cuja maior exemplificação está na multiplicação dos Distritos Agroindustriais em várias regiões do interior do Brasil, com

ramos da indústria se desenvolvendo em torno da cadeia produtiva e distributiva dos produtos agropecuários.

A produção agropecuária capitalista traz para sua órbita a expansão de setores industriais que viabilizam a própria produção agropecuária, tais como as indústrias da mecanização, quimificação, produção de sementes modificadas, e outras produtoras de insumos, equipamentos e maquinários. No complexo agropecuário industrial em expansão, a história da valorização de capital se repete, tal como em todo ramo da produção industrial capitalista: aqui, trata-se da gigantesca concentração e centralização de capital que temos visto na agricultura capitalista no Brasil. E, criando uma sociedade ainda mais conflituosa, tal processo de valorização de capital é acompanhado pela constante diminuição de força de trabalho na produção agropecuária capitalista.

Inúmeras pesquisas confirmam o que é visível a olho nu: a riqueza e a miséria na produção agropecuária caminham juntas, e esse quadro se expande para além das fronteiras do “campo”, e impacta o conjunto da economia brasileira.

De acordo com os autores, no Brasil, o aumento do uso de insumos vem ocorrendo primeiramente em virtude do aumento do uso de capital sob a forma de máquinas automotrizes, bem como em razão do uso crescente de fertilizantes. A utilização de mão-de-obra tem apresentado tendência decrescente ao longo do período analisado. O índice estimado da quantidade de mão-de-obra passou de 100, em 1975, para 98 em 2005. Já o índice de quantidade de terra, esse passou de 100 para 143; e o índice da quantidade de capital passou de 100 para 171. Isso mostra uma tendência crescente do uso de capital e de terra na agricultura nos últimos anos¹.

Ou,

Entre 2000 e 2020, mostra o estudo que será divulgado nesta quinta-feira pelo Ipea, a taxa média de crescimento do produto na agricultura brasileira atingiu 3,76% ao ano, enquanto o avanço dos insumos foi de 0,56% ao ano. No caso dos insumos, houve aumentos médios de 0,18% em terra e de 1,22% em capital, mas recuo de 0,84% ao ano no fator trabalho².

Esse é o setor mais dinâmico da economia nacional. Concentrador de trabalho morto (insumos, máquinas, instrumentos etc.), a produção agropecuária mortifica todo um país (com seu povo e sua natureza) para atingir seus interesses de enriquecimento.

¹ In <https://comovaiobrasil.pressbooks.com/chapter/modernizacao-e-productividade-do-agronegocio-no-brasil/>

² In <https://www.sna.agr.br/brasil-lidera-avanco-da-productividade-agricola/>

A agropecuária capitalista arrasta para si os demais setores do capitalismo nacional que podem ser complementares em seu ciclo produtivo. Mas não somente os setores do capital são diretamente impactados pela agropecuária capitalista, os trabalhadores, sem mecanismos de proteção, ficam à mercê da economia voltada para o comércio exterior, e arcam com as consequências das políticas cambiais do estado neoliberal que valorizam a moeda estrangeira para reforçar os ganhos do setor agroexportador:

O forte crescimento do PIB do segmento primário agrícola decorreu especialmente do alto patamar real dos preços, tendo em vista as expressivas quebras de produção para importantes culturas, devido ao clima desfavorável. Ressalta-se que o avanço da renda nesse segmento não foi ainda maior por conta do também expressivo incremento dos custos de produção – o que pode ser verificado no avanço do PIB dos insumos agrícolas. Esse crescimento refletiu, em grande medida, a alta importante dos preços de fertilizantes e de máquinas agrícolas (mas o aumento da produção nacional de fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas também impulsionou os resultados)³.

Os preços altos dos alimentos interessam aos que conseguem acumular capital o suficiente para entrar nesse restrito setor produtivo, tendo em vista que para compensar os gastos com maquinário, insumos, terra e exportar se faz necessário mecanismos secundários (tal como a política cambial) para elevar os preços e a lucratividade da produção.

A retomada da agropecuária não sem coincidência ocorre com a transformação neoliberal do estado brasileiro, adequando-se à hegemonia neoliberal no plano internacional, sendo essa hegemonia fruto do surgimento do regime de acumulação integral. A “reprimarização” da economia brasileira sob o neoliberalismo coloca em prática o que os primeiros ideólogos defensores do liberalismo já propunham: a especialização produtiva das nações, tal como sintetizada na visão de David Ricardo:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e

³ In <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agro-cresce-8-36-em-2021-participacao-no-pib-brasileiro-chega-a-27-4.aspx#:~:text=Diante%20do%20bom%20desempenho%20do,52%2C63%25%2C%20respectivamente>

mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra (SMITH, p. 97).

O que, na perspectiva da economia burguesa, é chamado de “sistema comercial perfeitamente livre” é, para a crítica marxista e comunista, a formação de um regime de associação subordinada da burguesia dos países de capitalismo periférico à burguesia dos países de capitalismo central, ou capitalistas imperialistas. As chaves da história do capitalismo subordinado estão na troca desigual e na superexploração do trabalho, sendo a primeira a relação de troca desigual que ocorre no mercado internacional entre os produtos produzidos pela burguesia nacional e a burguesia internacional, e a segunda, a superexploração interna do proletariado brasileiro para compensar as perdas que a burguesia nacional tem no plano internacional.

O que David Ricardo e os ideólogos burgueses veem como dedicação ao trabalho, recompensa pela engenhosidade, uso eficaz da natureza é, na realidade, superexploração do trabalho, inventividade para extrair riquezas e destruição ambiental desenfreada.

O Brasil da era do capitalismo de acumulação integral é reenquadrado na divisão internacional do trabalho, o que gera efeitos nas frações do capital que aqui estão instaladas. Parte do capital internacional industrial aqui instalado migrou para outras regiões do planeta (México e Ásia, principalmente). O setor industrial que permaneceu mais ativo foi o de origem nacional, com os subsegmentos voltados para a construção civil, ou para o consumo doméstico como destaque.

Cabe destacar outras frações do capital no Brasil que têm destaque, autonomia e podem rivalizar com o capital agropecuário. Entretanto, convivem em harmonia, muitas das vezes, movem-se pelos gastos e consumos necessários para a produção agropecuária.

O capital financeiro tem longa tradição de atividades no capitalismo brasileiro, pode-se dizer que esteve ativamente presente desde as primeiras épocas do capitalismo no Brasil, sendo conhecida na historiografia a participação dos banqueiros no financiamento da produção já na época da produção do café ou avançando sua

participação nas primeiras iniciativas de grande indústria na virada do século XIX para o século XX. Através do financiamento da produção, e mais atualmente em bancas de investimento e negociação de ações, o capital financeiro vincula-se aos interesses da produção agropecuária. Em outros setores da economia o capital financeiro também tem forte participação, tal como na construção civil, no financiamento da indústria, na venda de móveis e automóveis, em fundos de investimento e de pensões. A intensa atividade do capital financeiro no Brasil está relacionada à grande massa de mais-valor que está em circulação na economia brasileira, um indicador da grandeza em termos econômicos que esse país tem. Nos últimos anos, o capital financeiro consolidou grandes ganhos em lucratividade, ao contrário de outros setores da economia nacional, que retrocederam.

O capital dos transportes tem um amplo campo de atuação no Brasil, tanto devido à dimensão continental do território, como o foco da economia na exportação, a riqueza e a diversidade da economia nacional, e seus 220 milhões de consumidores. Movido pelas frações do capital agropecuário, industrial, serviços, o capital transportador tem amplas possibilidades de crescimento, o que é em grande parte válido para o capital comercial.

O chamado setor de serviços, que engloba a realização de uma vasta gama de atividades que são trocadas por dinheiro (da saúde à educação, advocacia, gestão, segurança, limpeza, informática, jogos, lazer, etc.), não produz mercadorias e por isso sua renda advém da massa de lucro em circulação na sociedade.

O capital comunicacional (que tem no seu interior várias subdivisões, tal como os jornais, redes sociais, sites, produtoras de música e arte, etc.) está em reformatação, devido ao avanço da tecnologia informática, e com ampliação de lucratividade no Brasil, que tem uma gigantesca massa de consumidores, o que indica o papel dos oligopólios de comunicação (Grupo Globo, UOL etc.) nas grandes decisões nacionais.

As frações do capital que têm maior destaque na economia brasileira atravessa um momento de hegemonia do capital agropecuário, o que é reforçado pelo movimento do capital financeiro (que mantém financeiramente a produção agropecuária), e se expressa no papel secundário do capital industrial nacional ao mesmo tempo em que as mercadorias do capital internacional (sobretudo, Chinês) avançam no mercado interno.

Na atual divisão dos ganhos entre as frações do capital, existe harmonia de interesses entre o capital financeiro, o capital agropecuário, o capital transportador e os setores do capital que sobrevivem dos serviços prestados. O capital nacional aceita a posição subordinada, quer seja os industriais, quer seja os comerciantes.

A 10ª posição na lista das maiores economias mundiais frustra todo aquele que observa e reflete sobre a realidade brasileira. Mesmo nos países de capitalismo imperialista o fosso entre a burguesia e a classe trabalhadora é enorme, mas quando voltado os olhos para o Brasil, considerando seu status de potência econômica mundial, são escandalosas as condições de vida do trabalhador brasileiro, recebendo como remuneração pelo seu trabalho uma pequena fração do que recebe o trabalhador nos países imperialistas. Para complicar, os baixos salários são uma questão histórica, num país de origem escravista. Porém, nos últimos anos o que se viu foi a luta das várias frações do capital com o objetivo de tomar decisões políticas a nível nacional para desvalorizar ainda mais a retribuição pelo trabalho.

A mais antiga via de luta dos capitalistas contra o valor do salário é através da eterna reforma das leis trabalhistas, processo que vem ocorrendo desde final da década de 1970, é ampliado nos anos de 1980, se intensifica nos anos 1990 e, agora, nos anos 2020 tenta-se fazer as últimas mudanças, retirando os últimos direitos e mantendo a mesma falácia de sempre: “nenhum direito fundamental vai ser retirado”. Ora, depois de décadas de reforma trabalhista, nos parece agora que o único direito fundamental que resta é o direito a viver, que na verdade se torna o direito à possibilidade, mas não certeza, de encontrar um trabalho remunerado.

Não é de estranhar que o acompanhante da eterna revisão das leis trabalhistas seja o endurecimento das leis penais, do policiamento ostensivo e do encarceramento em massa. A ausência de emprego em massa empurra milhares de jovens todos os anos para a criminalidade, o que acabou por gerar novos monopólios de um dos comércios mais lucrativos na era do capitalismo da acumulação integral: o narcotráfico.

Outro mecanismo para empurrar o preço do trabalho para baixo é o elevado nível de desemprego. Os dados disponibilizados pelo IBGE devem ser cuidadosamente analisados, pois a contabilização de trabalhadores informais, autônomos, MEI, *freelancer* e outros vínculos de trabalho com restrição de direitos trabalhistas ocultam a crescente

marginalização de parcelas da população de uma posição estável no mercado de trabalho.

Se a redução dos postos de emprego barateia o valor do salário, e influi diretamente nas condições de vida da população, a elevação da inflação torna a vida do trabalhador ainda mais dramática, reduzindo constantemente as quantias mínimas para a subsistência da classe trabalhadora e dos demais grupos explorados. A inflação também contribui para diminuir o valor do salário e transferir maior quantidade de dinheiro para o capital, cobrando mais pela mesma quantidade de produto vendido e diminuindo o poder de compra do salário.

A hegemonia do capital agropecuário e a diminuição do valor do salário são fenômenos apoiados pelo Estado Neoliberal, que objetiva garantir as condições ideais para a acumulação capitalista, reproduzindo internamente as necessidades e ordens emanadas do capitalismo imperialista internacional. As mudanças introduzidas pelo Estado Neoliberal afetaram diversas áreas, reordenando os gastos públicos, realizando cortes e priorizando determinados interesses.

No novo ordenamento de interesses, o Estado Neoliberal efetuou diversas medidas que prejudicaram os interesses dos trabalhadores e privilegiaram os interesses da burguesia. A título de exemplo, citamos a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada no começo dos anos 2000, aperfeiçoando as medidas de austeridade social e monetaristas adotadas nos anos anteriores, e a legislação ambiental emanada desde a década de 1980, que garantiu as condições jurídicas para a destruição ambiental.

Em que pese toda a discussão realizada nas últimas décadas sobre a redução dos gastos do Estado, o que se verifica é que a cada ano o orçamento e os gastos públicos são maiores, intervindo o Estado nas mais diversas atividades da vida social. O que se verifica é o redirecionamento dos gastos do Estado, transferindo dos gastos sociais dinheiro para o financiamento das necessidades de acumulação capitalista, em outras palavras, o Estado gasta para possibilitar o investimento e lucratividade privados.

Parte do gasto público foi redirecionado para a expansão das atividades econômicas em novas áreas, como no Centro-Oeste, Norte, e em novos setores, como agricultura, pecuária, que foram os que mais contribuíram para a destruição ambiental

do Brasil nas últimas décadas. Ao mesmo tempo que o Estado vinha incentivando a colonização de novas regiões do Brasil, uma série de medidas jurídicas foram adotadas para “regular” o desmatamento, evitar a destruição, “proteger o futuro”, mas o que verificamos é que, desde a sua origem, a legislação ambiental vem sendo salvaguarda para a continuidade da destruição do meio ambiente e de forma alguma é um “obstáculo para o desenvolvimento”, como discursam os defensores do ruralismo. A legislação ambiental cria os critérios para o quanto o meio ambiente pode ser destruído, legitimando, assim, a ação de todo tipo de aventureiro em busca de riqueza do território brasileiro.

Sob as atuais condições, o crescimento econômico nacional reforça o aprofundamento e generalização da miséria para o conjunto dos trabalhadores e outros grupos explorados. A crescente riqueza extraída dos elementos naturais e da massa populacional do Brasil está perto de chegar ao seu limite, gerando a situação de terra arrasada, espelhando um futuro cinza. No entanto, isto pode ser evitado se brotar, da ação revolucionária dos trabalhadores, a negação do futuro obscuro que está por vir.